

ANA CRISTINA PAULO PEREIRA

Doutora pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne) (1996)

Mestre pela Université de Toulouse I (1989)

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em 1986

Professora titular de direito internacional público da

Faculdade de Direito da UERJ desde 1998

A PROTEÇÃO EXTRATERRITORIAL DOS ANIMAIS SILVESTRES À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL

**REFERÊNCIAS CASUÍSTICAS AO DIREITO
DOS ANIMAIS NO BRASIL E NO EXTERIOR**



Belo Horizonte
2019

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clèmerson Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luís de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dirceô Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Emerson Garcia	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Nelson Rosenvald
Florisbal de Souza Del'Olmo	Renato Caram
Frederico Barbosa Gomes	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Gilberto Bercovici	Rodolfo Viana Pereira
Gregório Assagra de Almeida	Rodrigo Almeida Magalhães
Gustavo Corgosinho	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Silveira Siqueira	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladmir Oliveira da Silveira
Janaina Rigo Santin	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2019.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho
Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva
Imagem de Capa: Takashi_Yanagisawa (Pixabay.com)
Revisão: Responsabilidade do Autor

341.12214 Pereira, Ana Cristina Paulo.
 P436p A proteção extraterritorial dos animais silvestres à luz do direito internacional: referências
 2019 casuísticas ao direito dos animais no Brasil e no exterior / Ana Cristina Paulo Pereira.
 Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019.
 254 p.

ISBN: 978-85-8238-586-9
 ISBN: 978-85-8238-587-6 (E-book)

1. Direito internacional. 2. Animais silvestres – Proteção. 3. Animais silvestres – Proteção internacional. I. Título.

CDD(23.ed.)–344.049
 CDDir – 341.12214

463947

Elaborada por: Fátima Falci
 CRB/6-700

MATRIZ

Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion
 Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000
 Tel: (31) 3031-2330

FILIAL

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé
 São Paulo/SP - CEP 01006-000
 Tel: (11) 3105-6370

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
 2019

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PARTE I	
REPENSANDO O QUADRO CONCEITUAL DA JURISDIÇÃO EXTRATERRITORIAL.....	8
CAPÍTULO 1	
A JURISDIÇÃO EXTRATERRITORIAL A SERVIÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INTERNAS	11
1.1. Formas de atribuição da jurisdição extraterritorial	12
1.1.1. A competência extraterritorial decorrente da jurisdição universal..	15
1.1.2. A competência extraterritorial decorrente dos efeitos no território do Estado.....	20
1.1.3. A flexibilização das formas de atribuição da jurisdição extraterritorial na proteção dos animais silvestres	25
1.2. As dificuldades na concretização da jurisdição extraterritorial.....	42
CAPÍTULO 2	
A JURISDIÇÃO EXTRATERRITORIAL FUNDADA NO INTERESSE UNIVERSAL.....	47
2.1. Os fundamentos da proteção internacional dos animais silvestres.....	48
2.2. Particularidades jurídicas decorrentes do interesse universal na proteção dos animais silvestres	60
2.3. Obstáculos à universalização dos regimes de proteção dos animais silvestres.....	79
PARTE II	
CONCILIANDO NA OMC OS PRECEITOS DO LIVRE COMÉRCIO DE BENS COM A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS SILVESTRES.....	88

CAPÍTULO 1

A PROIBIÇÃO DE IMPOR RESTRIÇÕES AO COMÉRCIO

MULTILATERAL.....	90
1.1. As tradicionais restrições ao comércio de bens	91
1.2. As restrições vinculadas ao processo de produção/obtenção do produto	93

CAPÍTULO 2

AS EXCEÇÕES NA OMC QUE PROPICIAM A ADOÇÃO DE
MEDIDAS UNILATERAIS DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS

2.1. As exceções gerais do Artigo XX do GATT 1994.....	104
2.1.1. A situação do bem a ser protegido como critério de incidência das exceções do Artigo XX do GATT 1994.....	106
2.1.1.1. A situação do bem a ser protegido como critério de incidência das exceções do Artigo XX do GATT 1994.....	108
2.1.2. As condições específicas a cada um dos objetivos do Artigo XX do GATT 1994	118
2.1.2.1. A proteção da saúde e da vida dos animais.....	120
2.1.2.2. A proteção dos animais enquanto recursos naturais exauríveis	124
2.1.2.3. Bem-estar animal e moral pública.....	130
2.1.3. As condições gerais do <i>caput</i> do Artigo XX do GATT 1994	141
2.1.3.1. Não discriminação entre Membros nos quais prevalecem as mesmas situações	143
2.1.3.2. Restrição disfarçada ao comércio internacional	150
2.2. A exceção do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio.....	153
2.2.1 A articulação entre o Acordo TBT e o GATT 1994	154
2.2.2. Os critérios de legalidade da exceção do Acordo TBT	159

CAPÍTULO 3

A ADEQUAÇÃO DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS SILVESTRES ÀS CONDIÇÕES IMPOSTAS NAS “RECOMENDAÇÕES E DECISÕES” DO ÓRGÃO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC

3.1. A reformulação da legislação norte-americana sobre a pesca do camarão (caso <i>US-Shrimp</i>).....	169
3.2. O novo regime de focas da UE (caso <i>EC-Seal Products</i>).....	171
3.3. Os novos critérios do selo “dolphin-safe” nos EUA (<i>US-Tuna II (Mexico)</i>)	175
	181

CAPÍTULO 4

A FUNÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL NO MECANISMO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC.....

4.1. O impacto no comércio internacional dos instrumentos normativos internacionais de meio ambiente que versam a proteção de animais silvestres	184
	185

4.2. A interpretação dos direitos e deveres dos Membros da OMC com base no direito internacional	199
4.3. A incidência do direito internacional nos direitos e deveres dos Membros da OMC.....	209
4.4. Limites à jurisdição do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC	223
 CONCLUSÃO	 232
 REFERENCIAS	 237